

1 Introdução

Era uma vez... uma história muito conhecida que envolvia três porquinhos. Mas, espera: por que *três* porquinhos?

A complexa questão da interpretação tem sido pensada em pelo menos dois planos entrecruzados. Por um lado, pode ser formulada como uma interrogação quanto à constituição do significado dos signos verbais de um modo geral – sob esse ângulo caberia indagar, por exemplo, como ganha sentido para nós uma frase qualquer, como:

Há letras nesta página

Por outro lado, o problema da interpretação tem também se aplicado mais restritamente a usos de linguagem reconhecidos como *especiais*, notadamente no campo da literatura, apesar de não se restringir só a ele – nesses casos, caberia, por exemplo, uma indagação sobre o sentido que se pode dar ao *tygre* no famoso poema de William Blake:

O Tygre¹

Tygre, Tygre, viva chama
Que as florestas de noite inflama,
Que olho ou mão imortal podia
Traçar-te a horrível simetria?

Em que abismo ou céu longe ardeu
O fogo dos olhos teus?
Com que asas atreveu ao vôo?
Que mão ousou pegar o fogo?

Que arte & braço pôde então
Tocar-te as fibras do coração?
Quando ele já estava batendo,

¹ Tradução: José Paulo Paes.

Que mão & que pés horrendos?

Que cadeia? que martelo,
Que fornalha teve o teu cérebro?
Que bigorna? que tenaz
Pegou-te os horrores mortais?

Quando os astros alancearem
O céu e em pranto o banharem,
Sorriu ele ao ver seu feito?
Fez-te quem fez o Cordeiro?

Tygre, Tygre, viva chama
Que as florestas da noite inflama,
Que olho ou mão imortal ousaria
Traçar-te a horrível simetria?

Nesses dois vieses em que a questão da interpretação tem se colocado – os quais vou denominar respectivamente *semântico* e *hermenêutico*² – observa-se hoje um movimento vigoroso de ruptura com uma *perspectiva representacionista da linguagem e do sentido* (v. Rorty, 2002). Ainda que haja variações teóricas, de um modo geral pode-se identificar esta concepção representacionista ou, ainda, imanentista do funcionamento da linguagem nos seguintes termos. Constituindo-se nuclearmente como um *instrumento* para falar do real ou comunicar pensamentos, a linguagem seria um sistema em que significados e significantes se alinham objetivamente, de maneira independente dos sujeitos falantes, de sua historicidade, sociedade e cultura. Assim, todo o contexto extralingüístico é deixado de lado, uma vez que a linguagem seria um sistema abstrato de signos. O significado lingüístico – e, dessa forma, a interpretação – seria algo de essencial, representado por um significante. O significado já estaria de forma imanente nas palavras e nos textos escritos, sendo tarefa do interlocutor/leitor resgatar este significado pré-existente. Ainda que houvesse dubiedade (ou algum mal-entendido), as hipóteses para sua resolução também já estariam lá, à espera de uma escolha – ou de uma interpretação – do ouvinte/leitor entre alternativas pré-definidas.

De acordo com essa visão clássica, daríamos sentido a uma frase como *Há letras nesta página* estabelecendo as conexões pertinentes entre as palavras que a compõem e seus significados imanentes. Analogamente, no plano hermenêutico, a

² Aproveitando a divisão feita por D. Marcondes (1994a), como se verá mais adiante.

resposta à pergunta sobre o sentido de *tygre* no poema de Blake envolveria o estudo das figuras de linguagem pelas quais o discurso literário, transgredindo o sistema de correspondências habituais entre significados e significantes, consegue *dizer aquilo que não diz*, obtendo seus efeitos especiais – assim, o estabelecimento do significado do poema envolveria, por exemplo, a determinação e a explicação de metáforas, alegorias etc.

Sob essa perspectiva mais tradicional, tanto uma quanto outra noção de interpretação coincidem no que diz respeito à questão da constituição ou produção de significado. Conforme esclarece D. Marcondes a este respeito,

A ambivalência do termo interpretação pode ser explicada pelo pressuposto da necessidade de coincidência entre a constituição do significado, por um lado, e a sua reconstrução, por outro, para que o entendimento se dê, isto é, para que de fato haja significado (Marcondes, 1994a, p.198).

Como já disse, observa-se contemporaneamente a renúncia a essa aposta na existência de um significado imanente à letra do texto, dando-se isso em benefício de concepções lingüísticas que podem ser agrupadas sob a denominação de *não-representacionistas* (ou *não-imanentistas*). Segundo esse tipo de visão, o significado lingüístico não é essencial nem pré-existente, mas se constitui na interação mesma entre os falantes, ou no próprio ato da leitura. Não há um alinhamento objetivo e prévio entre significados e significantes, já que a linguagem não é um sistema autônomo, independente dos sujeitos falantes e de suas práticas histórico-culturais. A construção de significado não é apenas lingüística, porque não há como separá-la de elementos não-lingüísticos. Melhor dizendo, como a língua não é um objeto transcendental, entendê-la como destacada da realidade é um exercício de abstração desnecessário e inútil. A construção de significâncias se dá, assim, num espaço onde realidade e linguagem se constituem mutuamente. Como conseqüência, o signo lingüístico deixa de ser entendido como objeto de uma só interpretação *certa*. Com isso, enfatiza-se sob esse ângulo a multiplicidade não inventariável de interpretações que as expressões lingüísticas podem ter.

A questão da multiplicidade de interpretações esteve sempre mais evidente no plano hermenêutico, talvez pela vocação histórica dessa tradição a examinar usos *transgressores* da linguagem em que se estabelecem conexões inusitadas.

Tradicionalmente, a multiplicidade potencial de interpretações era um obstáculo a ser transposto em direção à *interpretação correta*, um obstáculo que não encontraríamos, pelo menos tão freqüentemente, na *linguagem comum*. A ruptura contemporânea com esse tipo de visão se dá justamente pela crença de que a multiplicidade de sentidos não é um obstáculo contornável, mas sim uma característica constitutiva da linguagem em qualquer de suas manifestações.

Assim como um verso em um poema, uma frase corriqueira como *Há letras nessa página* pode ter inumeráveis interpretações além daquela tradicionalmente vista como nuclear, primária, em que se compreende a frase como a afirmação factual da existência de letras nesta página. Ela pode ser interpretada, por exemplo, como um lembrete de que a página *não serve para desenhar*, como um elogio a um aprendiz do alfabeto, como advertência a um leitor distraído, como expressão de assombro diante do admirável advento da escrita, como sinal de que uma profecia qualquer vai se realizar, e assim por diante. Semelhante propensão à variação interpretativa no plano mais estritamente hermenêutico recebe ótima ilustração, por sua vez, se considerarmos as interpretações arroladas por Stanley Fish (1980) para o já citado poema de Blake.

Em 1954 Kathleen Raine publicou um influente ensaio intitulado “Quem deu vida ao tigre?”, no qual ela argumentava que, como o tigre é para Blake “a fera que sustenta sua própria vida às custas de seus semelhantes”, ele é um “símbolo de... egoísmo predatório” e, portanto, a resposta à pergunta final do poema “Fez-te quem fez o Cordeiro?” seria, sem sombra de dúvida: não (apud Fish, 1980, p. 339).³ Resumindo, não haveria ambigüidade alguma no poema: o tigre seria indubitavelmente mau. Para embasar sua leitura, Raine dá uma atenção especial à palavra *florestas* [*forests*] no segundo verso do poema: “Que as florestas de noite inflama”. De acordo com ela, esta palavra nunca é usada por Blake em nenhum contexto que não do mundo natural degradado [*fallen*] – o que mostra, segundo Fish, que muito dessa interpretação particular de Raine se baseou na palavra *florestas*. Entretanto, Fish continua, dez anos depois a mesma palavra é mencionada para fundamentar uma outra interpretação, bem diferente daquela de Raine. Enquanto Raine acreditava que o cordeiro é para Blake um símbolo do auto-sacrifício cristão, E. D. Hirsch julga que a intenção de Blake era, na verdade,

satirizar a pureza do cordeiro. De acordo com Hirsch: “Não há dúvida de que ‘O Tygre’ é um poema que celebra a santidade deste animal” (apud Fish, 1980, p.339). A ferocidade e a perniciosidade do tigre, diz Hirsch, são transfiguradas, e uma das coisas que as faz transfigurar-se é a palavra *florestas* [*forests*]: esta palavra sugere formas altas e ordenadas; um mundo em que, para todo seu terror, há a ordenação das listras do tigre ou os versos perfeitamente equilibrados de Blake.

O fato de que interpretações tão díspares e mesmo contraditórias sejam perfeitamente defensáveis para uma mesma instância de expressão verbal reforça a idéia não-representacionista de que o que dá sentido à linguagem não é um conjunto de entidades que ela representa intrinsecamente de forma objetiva, mas antes as práticas históricas e culturais das quais ela não se dissocia. Não sendo inventariáveis ou previsíveis essas práticas, não há como delimitar de antemão as interpretações que uma expressão tenha ou possa vir a ter.

Este estudo tem como foco o exame de um dos desdobramentos recentes desse movimento de renúncia a visões imanentistas da linguagem, em especial da derrocada da crença na existência de interpretações unívocas e determináveis a priori para a linguagem. Trata-se da discussão contemporânea em torno dos *limites da interpretação* nas novas concepções que se apresentam em substituição às tradicionais.

Exemplo notável desse tipo de desdobramento foi a edição de 1990 das Conferências Tanner.⁴ Naquela ocasião, o conferencista Tanner foi Umberto Eco, que propôs o tema “Interpretação e Superinterpretação”, e o debateu com Richard Rorty, Jonathan Culler e Christine Brooke-Rose, numa sessão presidida por Frank Kermode.

Eco, que foi um dos principais autores a enfatizar o papel do leitor na construção de sentido no texto com sua *Obra aberta*, de 1962, em um de seus livros mais recentes (2000), vem, contudo, recuando dessa posição – e suas conferências vêm confirmar isto. Conforme esclarece S. Collini, Eco de fato mostra ali a sua

³ Essa tradução foi feita por mim, e aproveito para informar que as demais versões para o português das obras em inglês são igualmente minhas quando não houver referência em contrário.

⁴ As Conferências Tanner, idealizadas por Obert C. Tanner, são eventos acadêmicos regularmente realizados nos EUA, para “favorecer e refletir sobre o saber acadêmico e científico relativo a avaliações e valores humanos” (Collini, 1993, p.1).

apreensão quanto à maneira pela qual algumas das principais correntes do pensamento crítico contemporâneo, em particular aquele tipo de crítica inspirada em Derrida, autodenominada “Desconstrução” (...), parecem dar licença ao leitor de produzir um fluxo ilimitado e incontrolável de “leituras” (Collini, 1993, p.9).

Segundo Eco, autores filiados à desconstrução fazem uma apropriação perversa da idéia de *semiose ilimitada* (2000) – e em suas conferências ele explora e discute possíveis meios de se controlarem os deslimites na interpretação e, conseqüentemente, identificar algumas leituras como *superinterpretações*.

Seus debatedores não deixam por menos. Rorty critica a distinção que Eco faz entre interpretar e usar um texto, alegando que “tudo o que alguém faz com alguma coisa é usá-la” (Rorty, 1993, p.110). Ele acredita que Eco esteja buscando uma *natureza* do texto que não existe. Culler, por seu turno, rebate a crítica de Eco de que a desconstrução explora inadvertidamente a noção de semiose ilimitada, sustentando que essa noção mostra bem como o significado está ligado ao contexto, o qual é, em si, ilimitado. O ataque de Christine Brooke-Rose parece ter sido mais com relação ao Eco romancista e, por isso, não cabe aqui avaliar sua crítica. Estes são apenas alguns dos personagens naquilo que Collini descreve como “um agilíssimo debate internacional e contemporâneo sobre a natureza do significado e as possibilidades e limites da interpretação” (1993, p.9).

Tomando parte nesse debate, Martin Stone, por exemplo, põe em questão a própria noção de que tudo seja matéria para interpretação, isto é, a idéia de que para se entender qualquer expressão lingüística é de fato preciso revesti-la de uma interpretação qualquer (2000). Outros autores juntam-se ao debate interessados em discutir o que Stone chama de *ameaça cética*, algo que nasce como conseqüência de se pensar que, como o signo lingüístico não tem nada de essencial e imanente que o determine, então nada há que garanta limites para sua significação. O filósofo Stanley Cavell, por exemplo, também percebe nesse movimento anti-representacionista da linguagem uma inclinação para o ceticismo, e alinha aqueles que desconfiam do significado textual aos epistemólogos tradicionais, que desconfiavam da existência do mundo exterior (v. Fischer, 1989; Cavell, 1979). É a mesma linha de pensamento que outro teórico, Michael Fischer (1989), segue ao questionar a propensão, por ele atribuída a críticos pós-estruturalistas, de colocar em dúvida qualquer certeza que se possa ter acerca do

texto. Outros autores, ainda, inquietam-se com a idéia de que qualquer informação que possa ser dada para nos ajudar na interpretação de um texto é, ela mesma, passível de interpretação – caso em que a interpretação passa a ser não só inescapável como interminável. É o perigo a que, para Talbot Taylor, a prática interpretativista pode levar: a que se caia no abismo de um regresso ao infinito (1992, p.168).

O vetor comum nas considerações de autores como Cavell, Eco, Fischer, Stone e Taylor – todos pensadores de inclinação anti-representacionista – parece ser um certo desconforto em relação à flexibilidade excessiva atribuída a interpretações por algumas teorias contemporâneas do significado lingüístico. Todos eles parecem de alguma forma sugerir que a ascensão de concepções não-representacionistas da linguagem, em última análise, acaba por abrir espaço para a idéia, para eles incômoda, de que qualquer interpretação para um texto pode ser validada.

Menos inquietos com essa ameaça de flexibilidade excessiva estão autores como Rorty e Culler. E outros igualmente alinham-se com eles nesse aspecto, esquentando o debate. Para Stanley Fish, por exemplo, qualquer interpretação pode ser elaborada por alguém que domine os procedimentos institucionais pelos quais as interpretações são propostas e estabelecidas. Para ele, são *comunidades interpretativas* que criam condições sob as quais uma leitura deixa de ser absurda e se torne respeitável – ou até ortodoxa (Fish, 1980, p.349). Dessa forma, Fish não se surpreenderia se pressupostos tais fossem estabelecidos que permitissem uma leitura de “O Tygre”, de Blake, como uma alegoria do sistema digestivo, ou, para usar um exemplo de Taylor, como uma história sobre um jogador de baseball de Detroit (Taylor, 1992, p.159).⁵

Este trabalho alinha-se com aqueles que experimentam desconforto e inquietação quanto à possibilidade de deslimes na interpretação que teorias contemporâneas do significado parecem não só justificar, como, por vezes, incentivar. Nesse sentido, interessa-se por contribuir para a discussão de perguntas que rodeiam a questão da ausência de limites na interpretação, tais como: Em que

⁵ Segundo Taylor, a posição de Fish levanta uma série de questões, impondo, por exemplo, reflexões de ordem ética: como, nesse quadro, um professor pode (ou deve) justificar a atribuição de uma nota baixa para o aluno que interpretou “O Tygre” de Blake como uma história sobre um jogador de baseball de Detroit?

sentido se pode dizer que certas interpretações não são admissíveis? Abordagens não-representacionistas levam necessariamente a interpretação a um regresso ao infinito? E também autorizam a validade de qualquer interpretação? É possível impor limites à interpretação (e esses limites teriam de ser rígidos, ou poderiam ser flexíveis)? A interpretação é a substituição de um signo lingüístico por outro? Ela é sempre necessária? Ela tem um fim?

1.1. Preparação

A hipótese que orientará meu estudo e que pretendo contribuir para confirmar é a de que a perspectiva da linguagem de L. Wittgenstein abre um caminho interessante para repensarmos a questão dos limites da interpretação. Com uma concepção não-representacionista do significado – que igualmente rompe com a busca pelo estável, absoluto e permanente típica de abordagens imanentistas –, a perspectiva wittgensteiniana deixa, no entanto, como teremos oportunidade de ver, pouco espaço para *superinterpretações*. Assim como para outras teorias da linguagem não-representacionistas, também para a visão wittgensteiniana da linguagem não há entidades transcendentais às quais o significado de uma dada expressão lingüística vá corresponder; o significado lingüístico está no uso que se faz das palavras. A linguagem é um conjunto de práticas, não podendo ser entendida abstratamente, como alguma coisa estanque e definitiva. No entanto, embora, na visão wittgensteiniana, reconheça-se que o sentido das expressões verbais não é governado por *nada* de apriorístico, e que, portanto, não pode ser determinado de antemão, abre-se ali espaço para que essas convicções convivam com outra, igualmente importante: a de que há limites para o sentido que *não* são bem compreendidos se pensados como *inteiramente* convencionais. Nas palavras de Wittgenstein, alguns desses limites não parecem estar inteiramente determinados por convenções. Nesse espírito ele nos diz: “Não devo cortar o galho no qual estou sentado” (IF § 55).

Parto, pois, da hipótese de que a perspectiva wittgensteiniana da linguagem permite diminuir o desconforto dos deslimites da interpretação, sem que para isso seja preciso abrir mão do não-representacionismo. Dessa forma, buscando ao

menos mitigar uma inquietação com relação a possíveis abusos interpretativos é que pretendo jogar esse jogo – talvez seja até o caso de considerar esse trabalho uma (auto) *terapia*, no sentido wittgensteiniano do termo, já que, para Wittgenstein, a análise conceitual não é um saber especial, mas uma prática terapêutica: ela “mostra à mosca a saída do vidro” (*Investigações Filosóficas* § 309).

1.2. Objetivo

Meu *objetivo geral* é mostrar como a perspectiva wittgensteiniana da linguagem permite repensar a questão dos limites da interpretação. Para isso, julgo necessário satisfazer os seguintes objetivos específicos:

identificar na perspectiva da linguagem de Wittgenstein os aspectos mais relevantes para a questão dos limites da interpretação;

identificar e analisar as reflexões que Wittgenstein desenvolve explicitamente sobre o tema da interpretação;

estabelecer um contraponto entre a abordagem wittgensteiniana e uma abordagem a que se tem atribuído um relaxamento excessivo quanto aos limites da interpretação: a desconstrução.

1.3. Como jogar

Com esses objetivos norteadores, meu trabalho se estrutura da seguinte forma:

No *capítulo dois*, vou circunscrever o campo recoberto pelo termo *interpretação* no âmbito desta dissertação. Depois, seguindo os passos de D. Marcondes, autor que divide a história das concepções da interpretação entre a *tradição semântica* e a *tradição hermenêutica*, mostrarei as condições históricas de ascensão do *interpretativismo*.⁶ Não é pretensão minha fazer uma história

⁶ O termo *interpretativismo* foi cunhado por Martin Stone (2000) para designar a idéia de que sempre é preciso uma informação chamada *interpretação* para qualquer ato lingüístico. Neste

exaustiva de como a interpretação foi entendida ao longo do tempo, mas esboçar caminhos e direções que foram abertos para se chegar a uma *prática interpretativista*.

Como a perspectiva wittgensteiniana de linguagem é aquela que orienta este trabalho, dedicarei o *capítulo três* em separado para apresentar aspectos da sua concepção de linguagem que são relevantes aqui. Minha apropriação do pensamento wittgensteiniano se apoiará sobretudo nos seguintes autores: Gordon Baker, Balthazar Barbosa Filho, Hans-Johann Glock, Peter Hacker, Danilo Marcondes e Luiz Henrique Lopes dos Santos. Nesse capítulo, farei uma breve introdução do que foi o pensamento do chamado primeiro Wittgenstein – do *Tractatus Logico-Philosophicus*⁷ – até chegar ao segundo, das *Investigações Filosóficas*,⁸ que mais interessa ao presente trabalho. Mostrarei como Wittgenstein, ao se opor a concepções de linguagem que tomam como paradigma o modelo objeto/designação, coisa/nome (perspectiva essa a que Wittgenstein chama de *concepção agostiniana de linguagem*, a uma referência a Santo Agostinho), faz sua própria formulação de linguagem anti-representacionista. Abordarei sua perspectiva de linguagem a partir da metáfora com o *jogo*, isto é, sua percepção de que não há *uma* forma de linguagem lógica e única, mas uma multiplicidade de *jogos de linguagem* possíveis. Mostrarei como sua concepção de linguagem não a entende separada do mundo, mas imersa em *formas de vida* diversas. Negando a unicidade de uma linguagem formal e essencial, Wittgenstein vai demonstrar como a *contingência* histórica, social e cultural *cria necessidades* que não podem ser ignoradas pelos falantes da língua: a essência, diz ele, está na *gramática* (IF § 371). Explorarei a conhecida afirmação wittgensteiniana de que o significado está no *uso*. Explicitarei como os jogos se assemelham e se diferenciam a partir da noção de *semelhança de família*. Avaliarei a (in)tolerância das *regras* da linguagem. Buscarei a concepção wittgensteiniana do que seja *compreensão*. Ou seja, estudarei os conceitos-chave da perspectiva de linguagem wittgensteiniana para, a partir de sua concepção do significado lingüístico, analisar como a interpretação pode ser revista.

trabalho, interpretativismo terá tanto essa concepção como também se identificará com a *superinterpretação* de Eco.

⁷ Daqui para frente, TLP.

⁸ Daqui para frente, IF.

No *capítulo quatro* vou me ater à contribuição de Wittgenstein para o entendimento do que seja a interpretação e seus limites. Assim, como disse anteriormente, vou procurar na noção de linguagem wittgensteiniana os aspectos que nos ajudam a repensar a questão dos limites da interpretação. Para tal, vou identificar e analisar as reflexões que Wittgenstein desenvolve explicitamente sobre o tema da interpretação.

No *capítulo cinco*, vou estabelecer um contraponto entre a abordagem wittgensteiniana e uma abordagem que, como foi dito, tem sido identificada por muitos autores – entre eles os já citados Cavell, Eco, Fischer, Stone e Taylor – como espaço propenso ao relaxamento excessivo quanto aos limites da interpretação: a abordagem desconstrucionista da linguagem. Para tal, antes tentarei fazer um resumo dos principais aspectos dessa outra maneira de pensar o significado lingüístico. Em seguida, juntamente com os autores acima arrolados, veremos como, se levado às últimas conseqüências, este posicionamento desconstrutivista pode levar a um regresso ao infinito de interpretações que comprometa, inclusive, a própria concepção de significado – por causa da idéia de *interpretação* que seus pensadores pressupõem.

1.4. O jogo

Como vai se notar no próximo capítulo, a cada vez que a noção da construção de significado lingüístico é questionada, a resposta reflete na nova categorização para esse tema *interpretar*. Por isso, ao se colocar a pergunta do que seja interpretação, se está no campo da semântica filosófica – e, aqui, as soluções não são tão simples como *para saber a resposta vide o verso*. Quer dizer que a suposta solução não tem como ser conferida empiricamente, ou seja, ainda que ao fim e ao cabo deste trabalho se chegue a possíveis interpretações da *interpretação*, a questão sempre poderá ser – e certamente será – recolocada.

Qual um jogo de perguntas e respostas, proponho aqui uma (minha) resposta a como a perspectiva wittgensteiniana da linguagem pode contribuir para o debate contemporâneo acerca dos limites da interpretação. Contudo, ciente de que as experiências são sempre e a cada vez diversas umas das outras, também o

conceito de *interpretação* muito provavelmente será revisto mais tarde por quem queira se aventurar por essas mesmas searas. Por isso ao terminar vou, ao mesmo tempo, recolocar a carta das perguntas na caixa para que outro jogador a retire e, assim, recomece o jogo.

Depois de abordar o tema em todas as rodadas dos seis capítulos, espero propor uma outra maneira de ver os limites da interpretação – como uma nova partida a ser jogada. A seguir, o jogo.